

## CORPOS E MENTES SOB CONTROLE: INSTITUCIONALIZAÇÃO DA MEDICINA E DA PSIQUIATRIA EM SÃO PAULO, TRAJETÓRIA E PROPOSTAS DE PACHECO E SILVA

BODIES AND MINDS UNDER CONTROL: INSTITUTIONALIZATION OF MEDICINE AND PSYCHIATRY IN SÃO PAULO, TRAJECTORY AND PROPOSALS OF PACHECO E SILVA

Bruna dos Santos Beserra Pereira\*  
brunasbpereira@gmail.com

Maria Izilda Santos de Matos\*\*  
mismatos@pucsp.br

**RESUMO:** Desde finais do século XIX que a expansão urbano-industrial de São Paulo esteve vinculada a preceitos de busca pela modernização. Nesse contexto, foram implementadas políticas públicas de controle dos espaços e dos corpos norteadas por preceitos higiênico-sanitaristas, ampliando a influência dos saberes médicos. Este artigo observa aspectos da institucionalização da medicina e da psiquiatria na cidade, priorizando a trajetória, produção e atuação política do médico psiquiatra Antonio Carlos Pacheco e Silva, observando suas propostas, em particular, a plataforma eugenista, bem como suas ações na Liga Paulista de Higiene Mental e a fundação e gestão do Sanatório Pinel/SP.

**PALAVRAS-CHAVE:** Antonio Carlos Pacheco e Silva; Higiene mental; Eugenia.

**ABSTRACT:** Since the end of the 19th century, the urban-industrial expansion of São Paulo has been linked to precepts of search for modernization. In this context, public policies were implemented to control spaces and bodies guided by hygienic-sanitary precepts, expanding the influence of medical knowledge. This article observes aspects of the institutionalization of medicine and psychiatry in the city, prioritizing the trajectory, production and political action of the psychiatrist Antonio Carlos Pacheco e Silva, observing his proposals, in particular, the eugenics platform, as well as his actions in the Liga Paulista de Mental Hygiene and the founding and management of Sanatório Pinel/SP.

**KEYWORDS:** Antonio Carlos Pacheco e Silva; Mental hygiene; Eugenics.

Em carta endereçada ao Dr. Pacheco e Silva, diretor clínico do Sanatório Pinel, o pai da paciente I.C.A. declarava:

[...] estou certo de que ela virá a obter decisivos resultados de cura no Sanatório Pinel. Jamais desejei separar-me dela, internando-a, para tratamento, mas agora, encorajado pelo bom nome que esse instituto vem conquistando, resolvi, num sacrifício de efetivos sentimentos, tentar a sua completa cura por esse meio, certo de que serei felicitado de bom êxito. O seu laureado nome à frente do Sanatório Pinel, representa a garantia de gratas esperanças, não só para mim, como para todos os clientes desse importante e conceituado estabelecimento.<sup>1</sup>

\* Mestre em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

\*\* Docente na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Possui doutorado em História pela Universidade de São Paulo.

<sup>1</sup> Paciente n. 107, lata n. 3. Arquivo Público do Estado de São Paulo, Fundo Sanatório Pinel.

Este excerto da carta, encontrada em um prontuário do Sanatório Pinel/SP, permite questionamentos sobre aspectos da institucionalização da medicina e da psiquiatria, bem como a observação da ampliação da influência do saber e da prática na cidade de São Paulo. O presente artigo busca traçar a trajetória do médico psiquiatra Antonio Carlos Pacheco e Silva, observando suas propostas, em particular, a plataforma eugenista, bem como sua atuação na Liga Paulista de Higiene Mental, na fundação e gestão do Sanatório Pinel/SP.

*A cidade do café, das indústrias e dos imigrantes: crescimento e controle*

No começo do século XX, São Paulo convivia com referências da modernidade nas novas avenidas recentemente iluminadas pela Light and Power: bondes elétricos circulando juntamente com os primeiros automóveis, os motores movimentavam as fábricas, máquinas fotográficas registravam o processo, também despontava o cinema, reproduzindo na tela a vida e suas representações, em contínuo movimento. Os ritmos e fluxos da cidade se alteravam, as ditas conquistas tecnológicas e científicas acenavam que o mundo nunca mais seria o mesmo.

O crescimento urbano de São Paulo esteve vinculado à expansão da produção cafeeira. Utilizando capital e infraestrutura provenientes desse setor, a cidade se consolidou como centro industrial, mercado distribuidor e receptor de produtos e serviços, tornando-se polo de atração migrantes e imigrantes, o que favoreceu expressivo aumento populacional.

Os trilhos do trem cortaram São Paulo no sentido Sudeste-Noroeste, marcando de certa forma o seu crescimento. Nas zonas Oeste e Sul, buscando áreas mais altas, as elites ocuparam bairros com infraestrutura como Campos Elíseos/Higienópolis, na Avenida Paulista. Nesses locais foram erguidos palacetes com inspiração europeia, surgiram novos loteamentos, maneiras de morar e viver, incorporando mudanças de hábito associadas às noções de civilização, luxo e elegância.

Ao longo da ferrovia, nas áreas alagadiças dos rios Tietê e Tamanduateí (mais para a região Leste), zonas desvalorizadas constituíram-se em bairros operários e industriais. Eram áreas baixas, úmidas e pantanosas e abrigaram precariamente uma massa de trabalhadores e despossuídos, que conviviam com a miséria, carestia, desemprego, falta de moradia, ausência de planejamento e de atenção das autoridades.

A expansão urbano-industrial e o crescimento desordenado da população ampliaram as dificuldades cotidianas, inclusive as sanitárias, gerando altas taxas de mortalidade. As

intervenções no sentido da disciplinarização do viver urbano e da ordenação dos espaços se tornavam prementes, buscavam-se regravar novos parâmetros de comportamento, as diretrizes adotadas seguiam o viés da medicina higiênico-sanitarista. Dessa forma, a medicina ampliou sua área de ação, se institucionalizou, reorganizou técnicas e ensino, divulgou novas maneiras de ver os corpos, suas formas, funcionamento, cuidados, bem como as doenças e seus tratamentos.

### *Ações transformadoras: cidade, família e médicos*

O final da escravidão e do Império, a expansão da industrialização, a intensa urbanização e intensificação do processo de imigração exigiam novas formas de comportamento ditas “civilizadas”. Os médicos assumiam função decisiva na configuração das pautas culturais e normativas<sup>2</sup>, como discurso leigo e científico, a medicina ampliou sua ação, regulando espaços, hábitos e corpos, procurando discipliná-los e vinculá-los a um projeto social mais amplo.<sup>3</sup>

Inspirado na doutrina positivista, o regime republicano concentrou suas atenções no binômio família-cidade, base da proposta de estruturação do Estado, em que o conceito de pátria se baseava na família (CARVALHO, 1987). Essa passou a ser vista como o sustentáculo de um projeto normatizador, que reequacionou o seu papel e a sua inserção social na cidade, sendo a “nova família” estimulada a desenvolver práticas inovadoras.

O cientificismo difundido nesse período permitiu aos médicos expandir o controle sobre a vida de homens e mulheres. A intervenção médica foi contínua, tendo no higienismo uma das bases de sua doutrina, criando todo um conjunto de prescrições que deveriam orientar e ordenar as práticas cotidianas. Buscava-se, além dos meios de curar e prevenir as doenças, suprimir costumes e hábitos, disciplinar, sanear e higienizar, impondo novas regras no trabalho, no comércio de alimentos, nos domicílios, nas famílias, normatizando os cuidados com o corpo, os prazeres permitidos e interditos e a sexualidade.

---

<sup>2</sup> Segundo Foucault, a norma se desenvolve através de dispositivos formados por práticas discursivas (criados a partir dos saberes disponíveis) e não discursivas (técnicas de controle corporal, técnicas de organização arquitetônica do espaço) e emprega um sistema de sujeição; o que escapa à norma é o anormal, que deve ser segregado até sua normalização, para que retorne ao convívio com as demais pessoas.

<sup>3</sup> As ações médicas, vistas como discursos e práticas, compreendiam uma rede intrincada de significados, caracterizando-se por contínuos mecanismos de ajustes e reformulações, em que as representações dos corpos e as especificidades de gênero se construíram mediante a tessitura de uma trama em que as relações de poder se constituíram num processo dinâmico. Para melhor entender esse processo, optou-se por uma análise dos discursos médicos de descrições normativas, reafirmações e definições de funções. (MATOS, 2018)

Os discursos e as ações dos médicos apresentavam a sociedade como caótica, com a necessidade de ser regrada, estabelecendo uma oposição entre desordem real e uma ordem ideal, para a qual a interferência da medicina era considerada indispensável. Detentores do monopólio do “conhecimento racional e científico”, os médicos se incumbiram de indicar como e quando agir, interceder e sanar, ordenando e classificando a sociedade mediante categorias que se transformaram em universais e em exemplo de objetividade e racionalidade, impondo uma ordem dualista com rígidas classificações que desembocaram no permitido *versus* proibido, procurando dar “naturalidade” a essas construções.

Dessa forma, observa-se um processo de medicalização da sociedade, com a ampliação da importância dos médicos em estabelecer práticas coletivas, observando as relações entre as pessoas e seu cotidiano de vida e de trabalho. A relação entre medicina e cidade pode ser compreendida em diferentes processos conjugados: definir políticas que defendiam a necessidade do saneamento básico (abastecimento de água e cuidados dos esgotos); melhoria dos hábitos e habitações populares (moradias coletivas, cortiços ou pensões, consideradas insalubres, focos de infecção e propagação de doenças); higienização dos espaços e das condições de trabalho; cuidar da coletividade com a finalidade de evitar a transmissão de doenças e controlar as epidemias; prevenir e promover saúde através da educação; orientar políticas voltadas para a planificação, interferências e controle dos espaços. Essas ações não podem ser definidas por uma sequência linear, ocorreram concomitantemente e nortearam a medicalização da cidade.

Propostas de solução para os problemas sanitários implicados na organização da cidade envolviam procedimentos diversos, tais como a construção de hospitais de isolamento, criação de estufas de desinfecção, melhora no abastecimento de água, canalização de esgotos, obras de saneamento indicadas pela atenção de uma polícia sanitária que se queria eficaz. As soluções para os problemas de saúde se relacionavam a intervenções no meio ambiente, sempre com o objetivo de impedir a propagação das doenças epidêmicas, e não necessariamente de curá-las, pois esta não era uma possibilidade efetiva naquele momento. (SILVA, 2014, p. 49)

Essa necessidade de controle do espaço urbano estava vinculada a uma ideia da cidade como local de perigos iminentes, assim sendo, havia uma preocupação em definir locais residenciais (bairros de elite e de populares), comerciais e industriais. Médicos e urbanistas orientaram as novas medidas, como abertura de ruas e avenidas, desinfecção dos

lugares públicos, limpeza dos terrenos baldios, instalação de sistemas de iluminação, drenagem de pântanos e arborização da cidade, tendo como referencial uma perspectiva higienista saneadora. Independentemente das possíveis formas de contágio, buscava-se coibir a transmissão de doenças e garantir a saúde da população, buscava-se o controle e a delimitação dos espaços públicos e a higienização dos lares (MATOS, 2019; MARINS, 2006; RAGO, 2014).

Segundo análise do Dr. Pacheco e Silva,

O urbanismo é um produto da civilização; intensa como o processo de evolução psicológica ético-social e econômica da humanidade, seguindo o desenvolvimento evolutivo [...] através das conquistas econômicas, mecânicas, físicas, industriais da ciência e da técnica; mas também no sentido degenerativo e regressivo, através de alguns dos seus produtos, capazes de agir de maneira demoftórica e blastoftórica sobre a população, sobre o indivíduo, sobre o sexo. (PACHECO E SILVA, 1951, p. 198)

A partir da implantação da República, a saúde pública passou a ser de responsabilidade dos Estados, que deveriam reger a vida cotidiana e os espaços urbanos, evitar e combater as epidemias e estimular as pesquisas na área da saúde. Identificando o meio como um dos responsáveis pela saúde ou doença, apregoava-se a ideia de higiene pública como uma “técnica de controle e de modificação de elementos materiais do meio que são suscetíveis de favorecer ou ao contrário, prejudicar a saúde” (FOUCAULT, 2010, p. 97). A saúde pública transformou-se em questão social, os médicos passaram a ser vistos como parceiros na promoção do bem-estar e da saúde da população.

Era de competência da Diretoria de Higiene o estudo das questões de saúde pública, o saneamento das localidades e das habitações e a adoção de meios para prevenir, combater e atenuar as moléstias transmissíveis, endêmicas e epidêmicas. De forma genérica, apareciam na legislação os campos de policiamento sanitário de responsabilidade da Diretoria de Higiene: a inspeção de escolas, de fábricas e oficinas, de instituições confinadoras como hospícios, prisões, asilos, quartéis e hospitais; fiscalização da alimentação, bebidas e águas minerais; fiscalização do exercício profissional de medicina e de farmácia; policiamento de cidades e vilas e de cemitérios. (RIBEIRO, 1993, p. 27)

A conjunção de esforços de gestão da cidade caracterizou-se pela preocupação com a saúde e a higiene, refletida nas questões da moralidade e da ordem, considerados fatores determinantes para o desejado “progresso da nação”. Ambicionava-se criar uma cidade

civilizada, planejada e higiênica, com espaços delimitados de acordo com as suas funcionalidades e com cidadãos considerados adequados.

Pacheco e Silva apontava as obrigações do Estado norteadas pelas propostas “científicas” da medicina e destacando o papel dos médicos:

[...] ao se estudar a organização social da maioria dos povos do mundo, conclue-se desde logo que o médico é hoje chamado a cooperar com as luzes nos mais diversos problemas, não só naqueles que prendem diretamente à sua profissão, como em muitos outros resolvidos, até então, à sua revelia. [...] os médicos [...] são os advogados naturais dos pobres e, sendo assim, a questão social é da sua alçada e a eles cabe orientá-la. [...] a sorte e o futuro das maiores nações do mundo dependem do estado de saúde do povo, das moléstias coletivas, como demonstra a história da cultura da humanidade. (PACHECO E SILVA, 1934, p. 15)

O estabelecimento das funcionalidades dos espaços (trabalho, moradia, lazer, entre outras) incluía a definição de territórios da saúde, da doença e da morte (sepultamentos e cemitérios). Nesse sentido, ocorreu a institucionalização e consolidação de hospitais e manicômios como instituições de cuidados e cura, sendo as práticas ali realizadas legitimadas e reconhecidas pelo cientificismo médico.

#### *Medicina: institucionalização e ação*

Em São Paulo, a institucionalização da medicina coincidiu com o momento de efervescência do processo de urbanização. O movimento associativo dos médicos se estabeleceu, concentrando-se inicialmente em questões pertinentes à regulamentação do exercício profissional, como a condenação do charlatanismo e a definição de um código de conduta médica, temas que propiciaram a convergência dos profissionais em entidades da categoria.

As faculdades médicas passaram por reformas educacionais e acompanharam as mudanças políticas, ganhando destaque durante o final do Império e o início da República, quando houve uma consolidação do saber médico. A importância atribuída aos médicos a partir desse período pode ser observada, entre outros fatores, no aumento do número de escolas de medicina e na ampliação da produção acadêmica na área, com publicação de teses, revistas, boletins, fundação de grupos de pesquisa, entre outras ações.

Diferentemente de outras regiões do país, São Paulo não recebeu uma faculdade de medicina durante o século XIX, contudo, os médicos se articulavam ou discutiam suas práticas

profissionais e, mesmo que de maneira não institucionalizada, aprendiam e ensinavam nos hospitais<sup>4</sup>. Inclusive já existia uma preocupação com a divulgação das atividades realizadas, data de 1889 a publicação da primeira revista médica na cidade.

Há registros de que o primeiro instrumento legal visando a criação de uma escola de medicina em São Paulo foi o Decreto nº. 19 de 24 de novembro de 1891, sancionado pelo presidente do Estado, Américo Brasiliense, instituindo a Academia de Cirurgia e Farmácia de São Paulo (SILVA, 2003), sendo que a fundação da Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo foi efetivada em 1912. Em 1916, foi assinado acordo com a Fundação Rockefeller<sup>5</sup> para que o ensino fosse ministrado de acordo com as orientações do instituto estadunidense, com a implantação do tempo integral para o ensino e a pesquisa nas disciplinas pré-clínicas, construção de hospitais-escola e a limitação do número de alunos por turma (MARINHO, 2010).

A relação entre urbanização e sanidade mental era discutida pelos médicos, acreditava-se que a aceleração do modo de vida e os diferentes estímulos a que as pessoas eram submetidas poderiam desencadear distúrbios mentais. As ações dos médicos psiquiatras procuravam o controle de padrões normativos, tendo por objetivo “formar cidadãos individualizados, domesticados e colocados à disposição da cidade, do Estado e da pátria” (COSTA, 1979).

Dessa forma, os psiquiatras se posicionavam destacando a importância de sua ação, eles se consideravam capazes de identificar e tratar as doenças mentais, vistas como grave fator de distúrbio social. Segundo Pacheco e Silva, “um dos capítulos mais importantes da higiene mental é o que concerne às suas relações com o urbanismo, isto é, com a vida contemporânea daqueles que vivem aglomerados em metrópoles” (PACHECO E SILVA, 1951, p. 198).

[...] para se justificar como poder e ciência da higiene pública e da proteção social, a medicina mental tem de mostrar que é capaz de perceber, mesmo onde nenhum outro ainda pode ver, um certo perigo; e ela deve mostrar que,

---

<sup>4</sup> Os hospitais não eram apenas locais de tratamento, também de produção do saber médico, haja vista que essa construção ocorre a partir da observação, prática e troca de informações realizada entre os médicos. (FOUCAULT, 2011, p.458)

<sup>5</sup> A Fundação Rockefeller auxiliou o estabelecimento do ensino médico em São Paulo, cabendo destacar que suas ações tinham um “caráter civilizador” e filantrópico, uma vez que era uma instituição americana interferindo nas questões de saúde pública de outros países. Sobre as ações da Fundação Rockefeller e o ensino de medicina, ver: KOBAYASHI, FARIA, COSTA, 2009; EL-KAREH, SAYD, 2007; PAIVA, 2005; FARIA, 2002; FARIA, 1994/1995.

se pode percebê-lo, é por ser um conhecimento médico. (FOUCAULT, 2014, p. 103)

A psiquiatria enquanto especialidade médica surgiu na Europa entre o fim do século XVIII e início do século XIX e, desde seus primórdios, desperta interesse e controvérsias. (ALEXANDER, SELESNICK, 1996) A história da psiquiatria possibilita compreender a historicidade da definição de padrões considerados normais/anormais e as possíveis intervenções para adequação à norma<sup>6</sup>, ao definir:

Ora, desde o século XVIII uma das grandes funções da medicina, da medicina psíquica, psiquiátrica, psicopatológica, neurológica, foi precisamente substituir a religião e reconverter o pecado em doença, mostrar que aquilo que era um pecado talvez não fosse punido naquele tempo, mas certamente o será agora [...] a profissão médica, a medicina, a prática médica, quer por função manter todos os grandes tabus da moral, da moralidade burguesa, da moral de nossa sociedade e, por conseguinte, quando a lei moral, os hábitos morais, os tabus morais de nossa sociedade são atacados, é papel fundamental da medicina passar à primeira linha e lançar a contraofensiva. Trata-se, aqui, da medicina como guardiã da moralidade [...] não somente o que é normal e o que não é, mas, por fim, o que é lícito ou ilícito, criminal ou não criminal, o que é abuso ou prática maligna. (FOUCAULT, 2011, p. 305-306)

Os médicos psiquiatras deveriam ser os novos mentores comportamentais, com o objetivo de controle da ordem social, dirigindo o repertório de regras, cuidados, padrões e deveres, normatizando os mais diversos aspectos da vida, estabelecendo uma rígida regulação social dos corpos. Os que não se enquadrassem seriam estigmatizados como desviantes e indesejáveis, devendo ser controlados, tratados através de práticas consideradas científicas, quando necessário pela internação em hospitais psiquiátricos.

Inserida no projeto de medicalizar a sociedade, visando garantir a proteção social, através da prevenção de doenças mentais que poderiam acarretar graves problemas, a psiquiatria ganhou destaque e se institucionalizou como um ramo especializado da higiene mental (BULCAO, MACHADO, LOUREIRO, LUZ, MURICY, 1978; COSTA, 2007). Em 1883, a

---

<sup>6</sup> Dentro desse campo se destacam as polêmicas em torno da criação de asilos psiquiátricos, as questões sobre o confinamento compulsório, a validade científica e eficácia de terapias e tratamentos, como lobotomia e eletrochoques, entre outras (NEVES, 2008).

especialização foi inaugurada, na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, antes disso, vários médicos buscavam formação em outros países.<sup>7</sup>

Em São Paulo a cadeira de psiquiatria estava vinculada à neurologia e era ministrada pelo Dr. Franco da Rocha, médico psiquiatra reconhecido, fundador e diretor do Hospital Juquery, empenhado na produção científica na área. Somente em 1936 que a cadeira de psiquiatria foi desvinculada da de neurologia, passando a ser ministrada pelo Dr. Pacheco e Silva.

Em São Paulo o atendimento aos alienados e doentes mentais iniciou-se em 1852-1864, com a criação de um asilo de acolhimento. Devido à sua superlotação, o Governo construiu o Hospício da Várzea do Carmo, sob a direção do Dr. Franco da Rocha. Em 1895, iniciou-se a construção de um novo hospício, o Hospital Juquery, que começou a funcionar em 1898, sendo então considerado o mais moderno do país, organizado a partir das orientações do Congresso Internacional de Alienistas, realizado em Paris (1889). Como apontava Pacheco e Silva,

Não se limitou Franco da Rocha em dotar São Paulo de um primoroso serviço de assistência aos psicopatas, como também publicou uma série de trabalhos científicos que tiveram larga repercussão nos meios nacionais e estrangeiros. (PACHECO E SILVA, 1940, p. 602)

A internação de pessoas tidas como loucas era considerada uma necessidade, como pode ser observado nos dizeres do mesmo médico:

O isolamento constitui uma das primeiras exigências que se impõe quando surge um caso de alienação mental. Há sempre vantagem em se isolar o doente, afastando-o do meio em que vive para colocá-lo em ambiente estranho, preferencialmente em hospital psiquiátrico, onde possam tomar as precauções exigidas pelo seu estado e ministrar-lhe tratamento adequado. (PACHECO E SILVA, 1951, p. 155)

O enclausuramento era recomendado, o hospício seria o local adequado para a análise, diagnóstico e tratamento dos distúrbios psíquicos, locus da prática da especialidade psiquiátrica. Nos manicômios todas as doenças poderiam “ser classificadas umas com relação às outras, comparadas, diferenciadas, reagrupadas em famílias; cada uma podia ser observada

---

<sup>7</sup> O primeiro catedrático na área foi o Dr. Teixeira Brandão, médico carioca, formou-se em 1877 no Rio de Janeiro e estudou psiquiatria na França, na Alemanha e na Itália. Defendia a psiquiatria enquanto área da medicina capaz de intervir diretamente nos problemas sociais, apregoava a implantação de métodos “modernos” no tratamento destinado aos loucos. Além de professor, foi diretor do Hospício Dom Pedro II e participou da elaboração da primeira lei nacional de assistência a doentes mentais (1903).

em suas características específicas” (FOUCAULT, 2010, p. 314). O estabelecimento dos hospitais psiquiátricos

[...] significou a criação tanto de um “asilamento científico” quanto de um campo de especialidade no interior do saber médico, capaz de ampliar ao mesmo tempo a escala do internamento e a noção de loucura. Ao incluir nela categorias invisíveis aos olhos dos leigos, mas respaldadas em noções de normalidade condizentes com os papéis sociais adequados aos padrões de disciplina que se pretendia afirmar, o hospício científico cumpria simultaneamente suas funções de “limpar” a cidade para garantir a ordem e de difundir preceitos ou padrões de comportamento. (CUNHA, 1998, p. 1.881)

A observação dos doentes permitia analisar e determinar padrões desviantes, cunhando critérios de classificação e denominações das patologias, segregavam-se os ditos indesejáveis que não se enquadravam e poderiam abalar a ordem estabelecida.

*Dr. Pacheco e Silva: trajetória profissional, intelectual e política*

Antonio Carlos Pacheco e Silva nasceu na cidade de São Paulo, em maio de 1898, membro de uma família de elite, sendo neto dos Barões de Itatiba e Barões de Araras. Seu pai era cafeicultor da região de Campinas e seu tio, Gabriel de Toledo Piza, foi médico e embaixador do Brasil na França. Ele se formou na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (1920) e se especializou em Neuropsiquiatria na França, estagiou no Hospital da Salpêtrière<sup>8</sup>. Profissionalmente, ele se destacou na organização e direção do Laboratório de Anatomia Patológica do Hospital Juquery (1921-1923) e na direção do Hospital Juquery (1923-1937) – sobre essa experiência publicou “Memórias do Juquery” (1924).

Sob os auspícios do governo de São Paulo, Pacheco e Silva participou de congressos e realizou viagens de estudos e observação a vários países, buscando verificar a organização e a assistência a alienados e reunindo informações.<sup>9</sup> O médico colaborou para a organização e criação do Manicômio Judiciário de São Paulo e a direção do Departamento de Assistência

---

<sup>8</sup> O Hospital da Salpêtrière foi criado no século XVII, inicialmente era um “depósito” onde ficavam loucos, prostitutas, criminosos em geral. Teve como marco da mudança a ação do doutor Philippe Pinel, que, no século XIX, propôs ações de tratamento “das doenças da mente”. Na segunda metade do século XIX, o hospital tornou-se referência em estudos psiquiátricos e recebia estudantes de todo o mundo para assistir às aulas experimentais e conhecer os tratamentos. Sigmund Freud, entre outros médicos de destaque, foi estagiário nesse hospital (COBRA, 2003).

<sup>9</sup> Em 1937 participou do Congresso de Neuropsiquiatria infantil, em Paris. Na sequência, contando com o patrocínio e convite do Ministro da Propaganda da Alemanha nazista, Joseph Goebbels, visitou diversos sanatórios e institutos eugênicos e recebeu o título de “Senador Honorário do Reich” (TARELOW, MOTA, 2022, p. 160).

aos Psicopatas do Estado de São Paulo (1930 e 1937). Como pesquisador, Pacheco e Silva publicou diversos livros, artigos e foi responsável pela implantação de novos procedimentos na área da psiquiatria.

Juntamente com o exercício da medicina e as pesquisas, Pacheco e Silva lecionou na Faculdade de Sociologia e Política de São Paulo e na Faculdade de Direito de São Paulo (Psiquiatria Clínica e Forense); posteriormente, tornou-se professor da cadeira de Psiquiatria da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo e da Escola Paulista de Medicina (1935 e 1967).

Imagem 1 - Antonio Carlos Pacheco e Silva, 1930. Obra de Tarsila do Amaral.



Fonte: Acervo do Museu Histórico Professor Carlos da Silva Lacaz, da Faculdade de Medicina da USP

Pacheco e Silva foi um dos fundadores e primeiro presidente da Liga Paulista de Higiene Mental (LPHM) (1926) e editor das publicações da LPHM *Arquivos Paulistas de Higiene Mental* (1926-1928) e *Boletins de Higiene Mental*. Destacavam-se entre os objetivos da instituição as ações e campanhas de informação sobre princípios de higiene mental e “educação eugênica”, que deveriam ser realizadas nas fábricas, escolas, entidades sindicais e também através da distribuição de folhetos e divulgação pela imprensa de grande circulação. Merecem menção as ações e semanas antialcoólicas (MATOS, 2002).

O psiquiatra também atuou politicamente, participou do movimento constitucionalista de 1932 e foi deputado na Assembleia Constituinte de 1934. Sua obra

“Direito à saúde” (PACHECO E SILVA, 1934) é composta por uma série de discursos proferidos durante a sua ativa participação.

Antonio Carlos Pacheco e Silva teve em sua obra e em suas relações institucionais a marca da defesa de valores conservadores, nacionalistas e de defesa dos interesses econômicos, morais e políticos das camadas mais abastadas da sociedade paulista. As crenças e a atuação de Pacheco se expressam de maneira mais radical quando verificamos sua postura favorável ao exame pré-nupcial; a luta pela eliminação de práticas consideradas imorais, como o espiritismo, o homossexualismo, as práticas sexuais antes do casamento, o comunismo e a imigração de determinados grupos étnicos. (TALEROW, 2011, p. 22)

O artigo 138 da Constituição de 1934<sup>10</sup> atribuía ao governo a responsabilidade de “cuidar da higiene mental e incentivar a luta contra os venenos sociais”, também, cuidar das mães e das crianças, da moral e do desenvolvimento intelectual, além do físico e “estimular a educação eugênica”. Segundo Pacheco e Silva, os preceitos eugenistas visavam

[...] a felicidade do povo e a prosperidade do Estado. As reformas tendentes ao desenvolvimento da higiene pública devem merecer primazia sobre todas as outras [...] cuidar dos problemas sociais, procurando atenuar os sofrimentos consequentes da miséria (assistência paliativa); reconduzir o indivíduo e a família às condições normais de existência (assistência curativa); prevenir os flagelos sociais (assistência preventiva); melhorar as condições sociais e elevar o nível (assistência construtiva). Assim, a educação eugênica se impõe, atendendo a que a eugenia não só tem por fim a procriação em boas condições fisiológicas, como ainda estuda as causas disgenéticas ou as que podem influir direta ou indiretamente sobre o valor da espécie, dando a cada cidadão o sentimento de responsabilidade na formação da raça. (PACHECO E SILVA, 1934, p. 6)

Destacava-se a necessidade da interferência do Estado no âmbito da saúde pública, os cuidados de saúde eram reconhecidos como um novo direito social, já que cidadãos saudáveis “auxiliariam” na modernização da nação. Corpos doentes e frágeis atrapalhavam esse objetivo, tendo-se a necessidade de uma “raça” forte para o progresso da nação, pois, segundo Pacheco e Silva,

[...] a sorte e o futuro das maiores nações do mundo dependem do estado de saúde do povo, das moléstias coletivas, como demonstra a história da

---

<sup>10</sup> “Art. 138 - Incumbe à União, aos Estados e aos Municípios, nos termos das leis respectivas: a) assegurar amparo aos desvalidos, criando serviços especializados e animando os serviços sociais, cuja orientação procurarão coordenar; b) estimular a educação eugênica; c) amparar a maternidade e a infância; d) socorrer as famílias de prole numerosa; e) proteger a juventude contra toda exploração, bem como contra o abandono físico, moral e intelectual; f) adotar medidas legislativas e administrativas tendentes a restringir a moralidade e a morbidade infantis; e de higiene social, que impeçam a propagação das doenças transmissíveis; g) cuidar da higiene mental e incentivar a luta contra os venenos sociais.” (BRASIL, 1934)

humanidade. [...] os médicos que estudam os fatores sociais devem ser ouvidos, pois a eles cabe estabelecer os postulados indispensáveis para melhorar as condições de miséria fisiológica e, por que não dizer moral, em que vivem as camadas menos cultas do país. (PACHECO E SILVA, 1934, p. 15-17)

O movimento eugenista<sup>11</sup> se expandiu e se consolidou, foi organizado através de Ligas e Associações concentradas em São Paulo e no Rio de Janeiro, todavia, suas ideias passaram a circular pelo país através da publicação de revistas, livros e teses médicas. Essas concepções eram vistas como símbolo de modernidade cultural, expressão de cientificidade, subentendendo pensar em evolução, progresso e civilização, propostas fortemente presentes no imaginário nacionalista das elites pensantes (MATOS, GONÇALVES, 2014).

A área psiquiátrica foi influenciada pela eugenia, o que permitiu aos profissionais dessa área a criação de mecanismos de intervenção, algumas vezes com o aval do governo.

[...] a matriz eugenista desempenhou influências marcantes, ampliando sua ação política e doutrinária. Baseados nos princípios de degeneração e hereditariedade, os eugenistas justificavam a necessidade de promover a regeneração do caráter nacional, por meio de aprimoramentos e seleções eugênicas, interferindo na família e nas leis de hereditariedade [...]. (MATOS, GONÇALVES, 2014, p. 162)

Na busca pelos ideais de uma sociedade eugenizada, com a convicção de que o “futuro seguro, estável e verdadeiramente grandioso da jovem república brasileira está no desenvolvimento homogêneo da sua população” (PACHECO E SILVA, 1934, p.36), os eugenistas ambicionavam agir preventivamente e determinavam quais fatores sociais eram nocivos à população. Entre esses, destaca-se a questão da degenerescência, considerada um dos motivos do atraso brasileiro. O país era visto como:

[...] um vasto hospital, um país cuja população é de 40,000,000 de habitantes, mas tão débeis, tão pouco eficientes na luta pela vida, tão enfermos, que se poderia considerar o valor de cada três indivíduos como equivalentes a um. (PACHECO E SILVA, 1934, p. 23)

Justificava-se o aumento do número de doentes mentais pela heterogeneidade étnica da população. Como apontado, as questões eugênicas estavam na ordem do dia, destacando-se entre suas preocupações a formação do povo marcada pela miscigenação

---

<sup>11</sup> O termo “eugenia” foi criado pelo fisiologista inglês Francis Galton, durante a segunda metade do século XIX, para designar o estudo dos fatores físicos e mentais socialmente controláveis que poderiam alterar para pior ou para melhor as qualidades racionais, visando o bem-estar da espécie humana. A psiquiatria brasileira foi fortemente marcada por ela (COUTO, 1994; DIWAN, 2003).

entre europeus, índios e africanos, o que justificaria grande parte dos problemas do país e seu “atraso”. Esse quadro foi agravado com a chegada expressiva de estrangeiros/ imigrantes.

Ponderava o Dr. Pacheco e Silva:

Nos países novos, cuja população é composta de elementos heterogêneos resultantes de uma imigração anárquica e mal selecionada, onde uma infinidade de raças, das mais diversas origens, ainda se encontram em fusão, o problema se apresenta com muitas agravantes, tal é nosso caso, tal é a situação de todos os países da América. (PACHECO E SILVA, 1951, p. 35)

Apregoava-se a “seleção dos imigrantes”, promovendo uma profilaxia imigratória através de “um exame atento, não só na escolha dos grupos raciais, como também na rigorosa seleção individual dos imigrantes, visando beneficiar a raça em formação” (PACHECO E SILVA, 1934, p. 35).

Temos tido ocasião de observar vários casos que demonstram a necessidade urgente em que se encontram os nossos governos de estabelecer medidas rigorosas a fim de coibir o ingresso de indivíduos perigosos ao nosso meio social [...] afastando elementos nocivos que só servem para influir maleficamente na constituição das futuras gerações brasileiras [...] A maioria dos estrangeiros que aportam ao Brasil dirige-se para São Paulo, e é aqui que melhor podem apreciar as consequências da falta de seleção entre eles [...] Em aqui chegando, tais indivíduos, geralmente infectados pela sífilis, levam vida desregrada, entregam-se ao álcool e não tardam a cair nas malhas da Justiça [...] O Brasil carece e muito de braços para a sua expansão, mas de gente sadia, que venha melhorar as nossas condições de vida e que seja ao mesmo tempo um fator eugenético. Não é justo que estejamos a recolher a espuma resultante no fervedouro que agitou a Europa. Aqui fica o nosso brado. Se ele não for ouvido pelos nossos legisladores, ninguém poderá dizer mais tarde, quando as consequências do nosso descaso forem ainda mais dolorosas, que os psiquiatras brasileiros se descuidaram do assunto e que a Liga Brasileira de Higiene Mental não cumpriu o seu programa. (PACHECO E SILVA, 1926, p. 10-11)

Os preceitos eugenistas propalavam a implementação de ações de aperfeiçoamento da raça e leis para a melhoria física e moral das populações, por isso, propunham regras para os casamentos adequados (casamento eugenizado). Na opinião do Dr. Pacheco e Silva, para a “solução” dos males do país, bastava aplicar as “leis biológicas”, como já ocorria em outras partes do mundo.

Vai pelo mundo todo um verdadeiro clamor: cientistas, educadores, penalistas e economistas preocupam-se com esse problema, lembrando aos poderes públicos a conveniência de se fazer, por todos os meios, larga difusão das leis biológicas que regem a evolução da espécie humana,

criando-se institutos especializados que se encarreguem de firmar os princípios que contribuem para o aperfeiçoamento da raça. [...] então nós nos esforçamos em obter raças apuradas de cavalo, suínos, caprinos [...] e não fazemos esforço algum para criar raças humanas menos defeituosas, para dar maior vigor aos músculos, maior beleza aos traços, maior penetração à inteligência, mais acuidade à memória, mais energia ao caráter, para aumentar a longevidade e a robustez. Que incúria espantosa! Que deplorável incompreensão das coisas! Que criminosa inteligência do futuro. (PACHECO E SILVA, 1934, p. 29-30)

A questão da saúde da população e da “qualidade racial” era um dos pontos mais debatidos pelos eugenistas, que concentravam esforços em organizar, facilitar, regenerar e acelerar os efeitos da seleção natural sobre a espécie humana, através dos princípios de hereditariedade, ou seja, incentivar a reprodução dos mais bem dotados e proibi-la (seja por confinamento, eutanásia ou esterilização compulsória) aos “socialmente inadaptados” (MATOS, 2002).

[...] o grande número de procriadores de indivíduos com defeitos físicos e mentais, a grande massa de tarados e inválidos que superlotam os hospitais e estabelecimentos de assistência, obrigou a aplicação de medidas enérgicas, com o fito de obstar o aumento assustador de elementos que representam um peso morto para a sociedade. (PACHECO E SILVA, 1940, p. 201)

Pacheco Silva propunha a esterilização dos “anormais” para se garantir o aprimoramento da raça.

A esterilização é hoje praticada em certos casos clínicos [...]. A esterilização como medida eugênica, visa impedir a procriação de indivíduos com baixo potencial hereditário. Partindo do princípio [...] de que grande maioria dos anormais são congênitos e contam com antecedentes hereditários, busca-se pela esterilização diminuir, como dissemos, a descendência desses elementos, o que vem reduzir sensivelmente os encargos da assistência e possibilitar a diminuição dos impostos. (PACHECO E SILVA, 1934, p. 208)

Entre as diversas temáticas, propostas e interferências dos médicos, a questão da loucura e dos tratamentos dispensados incluía a institucionalização da internação, sendo os manicômios identificados como espaço para o exercício da terapêutica e os cuidados da loucura, também território privilegiado dos saberes/poderes médicos para o desenvolvimento de suas práticas e legitimação de seus discursos.

### *Sanatório Pinel de São Paulo*

Na década de 1920, o Hospital Juquery, destinado a acolher e tratar os casos de moléstia mental na cidade, enfrentava dificuldades com a superlotação, o que motivou a

construção de outros hospitais psiquiátricos, como o Instituto Paulista, o Instituto Aché, o Instituto Bela Vista e a Casa de Saúde Homem de Melo. A ampliação da demanda por leitos em hospitais psiquiátricos para tratamento dos alienados mentais insere-se num quadro de crescimento urbano e populacional e expansão das moléstias nervosas:

Entre as causas gerais apontadas como capazes de tornar o sistema nervoso mais vulnerável, facilitando a deflagração de distúrbios psíquicos, figura, logo na primeira plana a civilização. Realmente, a intensidade da vida moderna, as dificuldades econômicas, a rapidez da difusão do pensamento, a vida anti-higiênica das grandes coletividades, a deficiência alimentar, o ruído intenso e incessante das grandes aglomerações, a tensão de espírito permanente em que vive o homem de hoje, os hábitos de luxo, os prazeres excessivos, contribuem, indiscutivelmente, para aumentar, de modo assustador, as psicopatias. [...] Conclue-se que o número de psicopatas é tanto maior quanto mais civilizado for determinado povo. Todos os países do mundo se debatem hoje com o problema, cada vez mais sério e alarmante, da superlotação dos hospitais psiquiátricos. As estatísticas demonstram a necessidade mínima de se dispor, para cada mil habitantes, de três leitos destinados a psicopatas, o que representa número elevadíssimo para os países de população densa ou numerosa. (PACHECO E SILVA, 1951, p. 34-35)

Em 1929, foi fundado o Sanatório Pinel, considerado um marco na psiquiatria paulista por conta de suas modernas instalações e do pioneirismo na aplicação de tratamentos. A construção do Sanatório Pinel<sup>12</sup> foi encabeçada pelo Dr. Pacheco e Silva, que foi seu primeiro diretor. Para a concretização, contou com o auxílio financeiro e operacional de pessoas provenientes da elite paulista, de médicos renomados na época, assim como comerciantes e advogados.

O local escolhido para erguer o hospital foi a região de Pirituba, por estar localizada numa zona convenientemente afastada, mas de fácil acesso. O projeto arquitetônico foi realizado pelo escritório Lindemberg Alves e Assumpção, com inspiração em hospitais estadunidenses. Ocupava o terreno da Companhia Armour do Brasil e absorvia em seus limites a estrada São Paulo Railway em Pirituba, outras propriedades e parte da estrada da Freguesia do Ó.

---

<sup>12</sup> O nome do hospital foi uma homenagem ao médico francês Philippe Pinel (1745-1826). Considerado o pai da psiquiatria, escreveu o livro “Tratado médico-filosófico da alienação da alma ou mania” (publicado em 1801), foi diretor dos asilos franceses Bicêtre (1793) e Salpêtrière (1795). Suas propostas de inovação consistiam no chamado “isolamento terapêutico”, propunha libertar os loucos das correntes, conferindo maior liberdade para locomoção dentro do asilo, além de destinar tratamentos visando a cura dos pacientes. Suas ações inovadoras para a época influenciaram diferentes países. No Brasil, além de institutos que lhe prestam homenagem, popularmente o termo Pinel tornou-se sinônimo de louco. Sobre Philippe Pinel, consultar a obra de FOUCAULT (2010).

Seus pavilhões comportavam 120 pacientes, divididos de acordo com o gênero e os problemas psíquicos apresentados (COUTO, 1994; PEREIRA, 2018). O Sanatório Pinel era particular, e em alguns prontuários de pacientes está escrito “de família eminente” ou “paciente proveniente de família de posses”. Os “modernos tratamentos” (malarioterapia, a convulsoterapia pelo cardiazol e pelo eletrochoque, a insulino-terapia, a hibernação e a psicocirurgia) propostos eram custosos, assim, tratava-se de um hospital destinado à elite e que concebia o aprimoramento dos espaços, dos métodos de tratamento e da acomodação dos doentes, buscando tratá-los de maneira mais adequada, ou seja, seguindo preceitos científicos e contando com especialistas.

No dia 2 de janeiro de 1932, o jornal *O Estado de S. Paulo* publicou o anúncio oferecendo tratamentos a “nervosos”, “psychopatas” e “taxicomanos” e dando conhecimento sobre o Sanatório Pinel. Na peça publicitária aparecia o nome do renomado psiquiatra Dr. Pacheco e Silva, cuja menção indica seu reconhecimento na área, denotando o que havia de mais moderno na assistência aos pacientes.



Propaganda do Sanatório Pinel, publicada no jornal *O Estado de S. Paulo* em 2 de janeiro de 1932. (SCHOLZ, 2010)

O Sanatório acolhia pacientes dos gêneros masculino, feminino e “diagnosticados” como homossexuais. Alguns desses pacientes procuraram o Sanatório para se tratar, contudo, a maioria foi internada por familiares e contra a sua vontade.

[...] por alegados distúrbios relativos sobretudo ao espaço que lhes coube na definição de papéis sexuais e sociais [...]. Na verdade, as regras do comportamento das mulheres estiveram, desde um amplo processo de elaboração de uma imagem feminina ideal, apenas relacionadas à esfera corporal e familiar [...]. A relação do distúrbio psíquico com a rigidez das regras de comportamento socialmente impostas é, na condição feminina, mais evidente. (CUNHA, 1986, p. 144)

O sanatório Pinel, enquanto espaço de isolamento e medicalização, aplicava aos pacientes recém-internados um exame psiquiátrico complexo, composto de informações de familiares (motivos que levavam à internação no sanatório eram variados e condiziam com as preocupações sociais, morais e de saúde vigentes naquele período), histórico de saúde, aspectos físicos e mentais, constituição e funcionamento do organismo e níveis de consciência, culminando com uma investigação minuciosa sobre o psíquico do indivíduo, para que os procedimentos e tratamentos cabíveis pudessem ser aplicados pelos profissionais. Essas informações podem ser observadas nos prontuários médicos dos pacientes que passaram pelo Pinel, atualmente é possível consultá-los no Arquivo Público do Estado de São Paulo. Esse acervo constitui uma valiosa fonte para os historiadores acessarem sujeitos que foram excluídos em suas épocas e as possíveis sanções a que estavam submetidos.

Em 1944, o Sanatório Pinel foi vendido ao governo do Estado de São Paulo e converteu-se numa instituição pública. Atualmente, o hospital tornou-se um Centro de Atenção Integrada em Saúde Mental (CAISM), é gerido pela Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo e atende pessoas com deficiência, dependentes químicos e autistas.

### *Considerações finais*

Constava no prontuário de P.M.R. a mensagem de seu pai ao Dr. Pacheco e Silva, diretor do Pinel, quando da internação:

[...] entregando agora minha filha ao tratamento do Sanatório Pinel, nutro a certeza de que ela participará do seu bondoso interesse e da sua valiosa atenção clínica, merecendo, conseqüentemente, em geral, o melhor tratamento possível – aspirações essas muito desculpáveis por nascerem do coração de pai [...].<sup>13</sup>

A medicalização da sociedade constitui um processo histórico pleno de tensões, marcado por relações de poder e desejos de normatização, processo esse assentado nas perspectivas do sanitarismo, do higienismo e da eugenia. A expansão urbana da cidade de São Paulo esteve caracterizada por uma trama de desejos de ordem, progresso e modernidade, inserido nessa tessitura ocorreu o processo de institucionalização dos saberes e das práticas da medicina.

---

<sup>13</sup> Paciente n. 102, lata n. 3. Arquivo Público do Estado de São Paulo, Fundo Sanatório Pinel.

Entre as diversas especialidades da área médica, destacou-se a psiquiatria na busca da higiene mental e a criação de instituições de confinamento (manicômios) que se propunham a cuidados e cura. Nesse processo, o psiquiatra Antonio Carlos Pacheco e Silva se evidenciou pela sua atuação como médico, pesquisador, político, na defesa da plataforma eugenista, com presença de destaque na Liga Paulista de Higiene Mental e na fundação/gestão do Sanatório Pinel/SP.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALEXANDER, Franz G.; Selesnick, Sheldon T. *História da psiquiatria*. São Paulo: Ibrasa, 1996.
- ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO (APESP). *Catálogo Sanatório Pinel*. vols. I e II. São Paulo, 2000.
- ASSUMPÇÃO JR., Francisco B. A ideologia na obra de Pacheco e Silva. *Revista Latino-americana de Psicopatía Fundamental*. São Paulo, v. 1, n. 4, dez./1998.
- Begliomini, Helio. *Antonio Carlos Pacheco e Silva*. Academia de Medicina de São Paulo, Biografias. Disponível em: <<http://www.academiamedicinasaopaulo.org.br/biografias/137/BIOGRAFIA-Antonio-Carlos-Pacheco-E-Silva.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2022.
- BRASIL. Presidência da República. Subchefia para Assuntos Jurídicos. *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (de 16 de julho de 1934)*. Rio de Janeiro, 1934. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/topicos/10617640/artigo-138-daconstituicao-federal-de-16-de-julho-de-1934>>. Acesso em: 04/06/2022.
- BULCAO, Lúcia Grando; MACHADO, Roberto; LOUREIRO, Ângela; LUZ, Rogério; MURICY, Kátia. *Danação da norma: a medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.
- CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o RJ e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- COBRA, Rubem Queiroz. *Vultos e episódios da Época Contemporânea*. Brasília, 20/04/2003. Disponível em: <<http://www.cobra.pages.nom.br/ec-salpetriere.html>>. Acesso em: 20 abr. 2022.
- COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- COSTA, Jurandir Freire. *História da Psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.
- COUTO, Rita Cristina Carvalho de Medeiros. Eugenia, loucura e condição feminina no Brasil. *As pacientes do Sanatório Pinel de Pirituba e o discurso médico e dos leigos durante a década de 1930*. Dissertação (Mestrado em História), FFLCH, USP, São Paulo, 1994.
- CUNHA, Clementina Pereira. *O Espelho do Mundo: Juquery, a história de um asilo*. Coleção Estudos Brasileiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- CUNHA, Maria Clementina Pereira. De historiadoras, brasileiras e escandinavas. Loucuras, folias e relações de gênero no Brasil (século XIX e início do XX). *Tempo*. Rio de Janeiro, v. 3, n. 5, 1998.

DIWAN, P. S. *O espetáculo do feio: práticas discursivas e redes de poder no eugenismo de Renato Kehl, 1917-1937*. Dissertação (Mestrado em História Social), PUC-SP, São Paulo, 2003.

EL-KAREH, Almir Chaiban; SAYD, Jane Dutra. Ciência e ensino médico no Brasil (1930-1950). *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*. Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p.469-487, abr.-jun./2007.

FARIA, Lina Rodrigues de. A fase pioneira da reforma sanitária no Brasil: a atuação da Fundação Rockefeller, 1915/1930. *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*. Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 87-88, nov./1994-fev./1995.

FARIA, Lina Rodrigues de. A Fundação Rockefeller e os serviços de saúde em São Paulo (1920-30): perspectivas históricas. *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*. Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p.561-590, set.-dez./2002.

FOUCAULT, Michel. *A casa dos loucos*. Coleção Ditos & Escritos. v. I. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

FOUCAULT, Michel. *Arte, Epistemologia, Filosofia e História da Medicina*. Coleção Ditos & Escritos. v. VII. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2011.

FOUCAULT, Michel. *História da loucura*. São Paulo: Perspectiva, 2010.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. São Paulo: Graal, 2010.

FOUCAULT, Michel. *Os anormais*. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

GONÇALVES, Leandro Pereira; MATOS, Maria Izilda Santos de. *O estrangeiro na obra de Plínio Salgado: matrizes, representações, apropriações e memórias*. Patrimônio e Memória. São Paulo, UNESP, v. 10, p. 157-182, jan.-jun./ 2014.

KOBAYASHI, Elisabete; Faria, Lina; COSTA, Maria Conceição da. Eugenia e Fundação Rockefeller no Brasil: a saúde como proposta de regeneração nacional. *Sociologias*. Porto Alegre, n. 22, p. 314-351, dez./2009.

MARINHO, Maria Gabriela da Silva Martins da Cunha. A Fundação Rockefeller e o campo biomédico em São Paulo – ensino superior e pesquisa científica em São Paulo. In: MONTEIRO, Yara Nogueira (org.). *História da saúde: olhares e veredas*. São Paulo: Instituto de Saúde de São Paulo, 2010.

MARINS, Paulo César Garcez. Habitação e vizinhança: limiares da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras. In: Sevcenko, Nicolau (org.). *História da vida privada no Brasil. República: da Belle Époque à Era do Rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

MATOS, Maria Izilda Santos de. *Corpos e emoções: história, gênero e sensibilidades*. São Paulo: e-Manuscrito, 2018.

MATOS, Maria Izilda Santos de. *Cotidiano e cultura – história, cidade e trabalho*. São Paulo: e-Manuscrito, 2019.

MATOS, Maria Izilda Santos de. *Meu Lar é o Botequim: Alcoolismo e Masculinidade*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2002.

NEVES, Afonso Carlos. O emergir do corpo neurológico no corpo paulista: neurologia, psiquiatria e psicologia em São Paulo a partir dos periódicos médicos paulistas (1889-1936). Tese (Doutorado em História Social), FFLCH, USP, São Paulo, 2008.

PACHECO E SILVA, Antônio Carlos. *Direito à saúde*. São Paulo, 1934.

PACHECO E SILVA, Antônio Carlos. *Imigração e higiene mental*. Rio de Janeiro: Liga Brasileira de Higiene Mental, 1926.

PACHECO E SILVA, Antônio Carlos. *Psiquiatria clínica e forense*. São Paulo: Renascença, 1940.

PAIVA, Carlos Henrique Assunção. Imperialismo & filantropia: a experiência da Fundação Rockefeller e o sanitarismo no Brasil na Primeira República. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*. Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p. 205-214, jan.-abr./2005.

PEREIRA, Bruna dos Santos Beserra. *Entre a Loucura e a norma: mulheres internadas no Sanatório Pinel (SP, 1929-1944)*. São Paulo: e-Manuscrito, 2018.

PICCININI, Walmor J. História da Psiquiatria. *Psychiatry online Brasil*. v. 9, n. 7, jul./2004. Disponível em: <<http://www.polbr.med.br/ano04/wal0704.php>>. Acesso em: 10 nov. 2022.

RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar – a utopia da cidade disciplinar*. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

RIBEIRO, Maria Alice Rosa. *História sem fim...* Inventário da saúde pública. São Paulo 1880-1930. São Paulo: Editora Unesp, 1993.

SCHOLZ, Cley. Sanatório Pinel. *Estadão*. Reclames do Estadão. 07/08/2010. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/blogs/reclames-do-estadoo/sanatorio-pinel/>>. Acesso em: 20 maio 2022.

SILVA, Marcia Barros da. *O mundo transformado em laboratório: ensino médico e produção de conhecimento em São Paulo de 1891 a 1933*. Tese (Doutorado em História Social), FFLCH, USP, 2003.

SILVA, Márcia Regina Barros. *O Laboratório e a República: saúde pública, ensino médico e produção de conhecimento em São Paulo – 1891 a 1933*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2014.

TALEROW, Gustavo Querodia. *Entre febres, comas e convulsões: as terapias biológicas no Hospital do Juquery administrado por Pacheco e Silva (1923-1937)*. Dissertação (Mestrado em História Social), FFLCH, USP, São Paulo, 2011.

TARELOW, Gustavo Querodia; MOTA, André. Antônio Carlos Pacheco e Silva: eugenia, raça e a Liga Paulista de Higiene Mental, 1926-1950. *Projeto História*. São Paulo, v. 75, p. 148-168, set.-dez. 2022.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Faculdade de Medicina. *Annaes da Faculdade de Medicina de São Paulo*. São Paulo, v. 1, 1926.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Faculdade de Saúde Pública. Disponível em: <[http://www.fsp.usp.br/site/img/expo/entre\\_calçada\\_sarjeta1\\_gde.jpg](http://www.fsp.usp.br/site/img/expo/entre_calçada_sarjeta1_gde.jpg)>. Acesso em: 06 jul. 2022.